

---

## **Jornalismo Público e Direitos Humanos: Análise da cobertura midiática da Covid-19 pela TV Brasil<sup>1</sup>**

Rose BEZERRA<sup>2</sup>  
Elton Bruno PINHEIRO<sup>3</sup>  
Universidade de Brasília, Brasília, DF

### **RESUMO**

O objeto do presente artigo é a reflexão analítica do conteúdo veiculado pelo programa jornalístico da TV Brasil, Caminhos da Reportagem, durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa debate a essencialidade do jornalismo público produzido por emissoras de mesmo caráter nesse contexto sanitário, além de apontar os tensionamentos sofridos por profissionais de comunicação na cobertura, em busca do interesse público, no âmbito do Serviço de Radiodifusão Pública. Metodologicamente, a análise de conteúdo se volta às 44 edições do referido programa, veiculadas entre abril de 2020 e abril de 2021, à luz do Manual de Jornalismo da EBC, dos princípios da Radiodifusão Pública propostos pela Unesco e pela Declaração emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a abordagem dos problemas e desafios da pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** TV Brasil; Caminhos da Reportagem; Direitos humanos; Pandemia; Jornalismo público.

### **INTRODUÇÃO**

A pandemia de Covid-19, além de muitos desafios para a ciência, mudou o *modus operandi* do jornalismo. Nunca um contexto de saúde na contemporaneidade exigiu tanto o bom funcionamento dos veículos de comunicação. Fato que se estende até o jornalismo público porque este se caracteriza por ter objetivos diferentes dos das emissoras comerciais, ser focado em um modo educacional de informar, dedicando-se ao interesse público e, além de ser integrante de emissoras não-comerciais que, em sua gestão e aspectos de financiamento, e devem se manter afastadas de injunções estatais notadamente promovida pelos governos vigentes.

---

1 Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

2 Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade de Brasília - UnB, e-mail: [malusousar@gmail.com](mailto:malusousar@gmail.com).

3 Orientador do Trabalho. Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutor em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UnB). Pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação - LaPCom (UnB/CNPq), Líder do Observatório de Radiodifusão Pública na América Latina (UnB/CNPq) e Membro do Grupo de Pesquisa Acesso Livre (UnB/ CNPq). Coordenador do Núcleo de Estudos, Produção e Inovação em Linguagem Sonora - NEPLIS, do Laboratório de Áudio da FAC/UnB. E-mail: [eltonbruno@unb.br](mailto:eltonbruno@unb.br).

---

Mas o que vem acontecendo no âmbito da principal emissora pública brasileira de TV abarcada pela Lei nº 11.652, conhecida como a Lei da EBC, é diferente. A TV Brasil marca sua cobertura da pandemia com divulgação de informações descontextualizadas. Não há preocupação em informar a evolução da doença no país, ignora pautas de interesse público e negligencia a veiculação de informações relevantes como a vacinação da primeira pessoa no Brasil.

Em virtude disso, esta pesquisa se propôs a realizar uma análise de conteúdo de um dos principais e mais antigos programas jornalísticos de exibição semanal da emissora da EBC, o Caminhos da Reportagem. No corpo do trabalho, discutimos o papel e a essencialidade das emissoras públicas, a importância da TV Brasil e o relatório com dados sobre violência contra a imprensa elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Esta pesquisa se propôs a analisar a atuação do programa Caminhos da Reportagem na situação sanitária atual para observar, por meio de análise de conteúdo, como tem se portado o jornalismo público cujo objetivo é noticiar pela ótica da sociedade. A finalidade foi compreender se a cobertura tem levado em consideração o interesse público, o que permitiu sistematizar e tensionar a atuação do referido programa no contexto do atendimento ao que recomenda a Corte Interamericana de Direitos Humanos 1/209 de abril de 2020<sup>4</sup> e os princípios da Radiodifusão Pública. A respeito do documento proposto pela Corte IDH, destacamos que este prevê, em linhas gerais, que assuntos relacionados a problemas e desafios relacionados à Covid-19 devem ser enfrentados com uma perspectiva de direitos humanos e respeitando obrigações internacionais.

Nosso *corpus*, portanto, é o conteúdo veiculado pelo Caminhos da Reportagem. Nosso problema de pesquisa é como a emissora conduz a cobertura jornalística do referido programa semanal no contexto pandêmico. Buscaremos refletir analiticamente mapeando os aspectos que caracterizam tal conteúdo.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde março de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso de Covid-19, o Brasil passou a enfrentar a pandemia “oficialmente”, saindo da posição de expectador de outros países. Com isso, surgiu, também, frente ao desconhecido, a necessidade de

---

4 Conforme documento disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp\\_27\\_2020.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_27_2020.pdf).

cobertura por parte dos veículos de imprensa. O papel desempenhado pela mídia foi e é de extrema importância, a saber, até para chegarmos à conta do número de vidas que se foram, foi necessário o estabelecimento de um consórcio de imprensa comercial, cujo objetivo é atualizar o público diariamente com as informações coletadas por jornalistas nas secretarias estaduais de saúde. Isso acontece desde que o Ministério da Saúde suspendeu<sup>5</sup> por alguns dias a publicação levantamentos diários sobre a disseminação do vírus.

Além disso, ondas de desinformação e informações desconexas têm se perpetuado desde então. Fato que evidencia cada vez mais a essencialidade de veículos de comunicação que estejam dispostos a, assim como sugere o das emissoras públicas em geral, possibilitar o acesso dos cidadãos à informação de interesse público de qualidade.

### **Emissoras Públicas**

O papel primordial das emissoras públicas é dar voz à sociedade, ser plural e diversa, no que se refere a conteúdo, como características inerentes. Por outro lado, as emissoras estatais, segundo Bucci, dão forma ao “Estado emissor” – aquele que proclama, enuncia e emite as mensagens. Para o referido autor, o governo não está interessado em ouvir, escutar e receber reclamações da sociedade, pois os objetivos são apenas fazer aparelhagem midiática e publicidade oficial.

Historicamente, as emissoras de serviço público foram definidas tomando como parâmetros características relativas aos padrões e às práticas modernas. De acordo com Eric Barendt<sup>6</sup>, ao longo dos anos, seis características dessas emissoras se sobressaíram. Sendo elas: a disponibilidade geral em termos geográficos; atenção à identidade e à cultura nacional; independência tanto de interesses do Estado quanto comerciais; imparcialidade dos programas; alcance e variedade dos programas; e financiamento, em grande parte, por meio de taxa geral paga pelos usuários.

Tais características, comumente encontradas, se assemelham em certo grau com os princípios da radiodifusão pública elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a saber, universalidade,

---

<sup>5</sup> Cf. “Após reduzir boletim diário, governo Bolsonaro retira dados acumulados da Covid-19 do site”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml>

<sup>6</sup> BARENDT, E. *Broadcasting Law: a comparative survey*. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 52.

---

independência, pluralidade e diferenciação. Universalidade trata de ser uma radiodifusão pública acessível a todos os cidadãos, em qualquer posição social ou econômica. Independência diz respeito fórum no qual as ideias possam ser expressas livremente, o que significa independência contra intimidações financeiras, comerciais ou influência política. Diferenciação, como modo de oferecer um serviço distinto das outras emissoras. Diversidade para enfatizar interesses públicos diversos (e divergentes) ao oferecer ampla variedade de programas no que se refere a gêneros e temas abordados.

Além disso, as emissoras de natureza pública possuem em sua missão um mandato triplo que consiste em informar, educar e entreter. No sentido de oferecer conteúdos que convidem o telespectador a refletir. No atual contexto sanitário, uma emissora pública funcionando em plena capacidade de trazer ao público informações de interesse público, sem interferências ou censuras, de modo a privilegiar os interesses sociais e as demandas que partem do público, seria/é de extrema importância.

### **Relatório da Fenaj**

Apesar do idealizado pela Unesco, nos últimos anos, a Empresa Brasil de Comunicação passou a aparecer cada vez mais no Relatório *Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil* elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O mais recente, lançado em janeiro de 2021, traz dados referentes a todo o ano de 2020, mostra que o último ano foi o mais violento para os jornalistas brasileiros, desde que a Fenaj começou a fazer os levantamentos anuais na década de 1990. Foram 428 casos de violência, 105,77% a mais do que as 208 ocorrências, registradas em 2019. Os dados são coletados pela Federação e por Sindicatos de Jornalistas em todo o país.

A coleta dos dados se dá por meio de denúncias à Federação ou a um dos Sindicatos de Jornalistas, feitas pelas próprias vítimas da violência ou outros profissionais da mídia, além da compilação de notícias publicadas pelos variados veículos de comunicação. (FENAJ, 2021 p.5).

“A postura do presidente da República, que inegavelmente não condiz com o cargo que ocupa, serviu de incentivo para que seus auxiliares e apoiadores também adotassem a violência contra jornalistas como prática” (FENAJ, 2021). Para a Federação, foi assim que a censura foi institucionalizada na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Os dados do relatório são alarmantes e revelam que em 2020,

---

houve 76 casos de censura na EBC contra outros nove em outros veículos de comunicação, um aumento de 750% em relação ao ano anterior. O relatório também reconhece que historicamente as denúncias tanto de violência como de censura foram subnotificadas.

Além disso, de acordo com o levantamento, ao traçar o perfil dos agressores, foi constatado que 20,09%, ou seja, 86 agressões partiram de servidores públicos/dirigentes da EBC. O governismo se tornou frequente dentro da emissora pública. O uso do termo “ditadura” para falar do período entre 1964 e 1985 foi vetado dos textos desde 2019. Uma reportagem do programa “Fique ligado”, da TV Brasil, sobre a exposição “O Pasquim 50 anos”, teve trechos cortados. Em junho de 2020, um repórter do radiojornalismo foi vetado de cobrir o Ministério da Saúde, por perguntar numa coletiva de imprensa quais os critérios para a ocupação de cargos, na pasta, por militares e empresários, sem formação médica. A pergunta foi ignorada.

A partir de julho, as redes sociais não podiam mais postar conteúdos com “temas sensíveis ou polêmicos”. O caso do assassinato de Beto Freitas por seguranças de uma loja do Carrefour de Porto Alegre, na véspera do 20 de novembro, não foi veiculado nas redes sociais da EBC.

Fontes, como os trabalhadores dos Correios em greve, sindicalistas do Sindicato dos Petroleiros, representantes de entidades de direitos humanos, como Anistia Internacional e Human Rights Watch e Conselho Indigenista Missionário foram censurados, assim como as sátiras no carnaval a membros do governo federal, governadores de estado e procuradores. (FENAJ, 2021 p.36).

Polêmicas proferidas por membros do governo foram ignoradas. Assuntos de interesse público não tiveram espaço na programação, como o caso das filas nas agências da Caixa Econômica Federal para saques do auxílio emergencial, entre outros temas delicados, por exemplo, insegurança alimentar. Na TV Brasil, foi vetada a entrevista que Paulo Lima, conhecido como Galo, liderança da greve dos entregadores de aplicativos, concedeu para Sem Censura.

Um episódio dos Caminhos da Reportagem, programa-objeto da pesquisa aqui realizada, com o nome "Um Vírus entre a Floresta e a Cidade" não foi ao ar depois de finalizado.

---

## TV Brasil

A EBC foi instituída pela Lei 11.652 de sete de abril de 2008 e com ela nasceu a emissora de caráter público, TV Brasil. A idealização da emissora é resultado do I Fórum de TVs Públicas, cujo propósito é a valorização da mídia pública. Do Fórum foi redigido um documento final que, contendo uma série de critérios, serviu como base para a criação da TV pública.

Desde então, a emissora vem se colocando, da maneira que pode, como o mais próximo do ideal de uma TV pública. Nos últimos anos foi amplamente fragilizada. Michel Temer, na função de presidente da República, em 2016, com o decreto n. 8.846 extinguiu o conselho curador e vinculou a EBC à Casa Civil da Presidência da República – antes vinculada à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). A decisão abriu margem para que interferências governamentais diretas fossem feitas na empresa.

Logo nos primeiros meses do mandato do presidente Jair Bolsonaro, a TV Brasil foi unida à NBR. Muitas mudanças em todos os aspectos foram executadas, desde a programação à distribuição de cargos para militares e aliados, o que constitui aparelhamento. É importante lembrar que a TV pública é caracterizada por sua função social e independência contra coações financeiras, comerciais ou influências políticas. Se não há independência para noticiar com qualidade e ser referência em informar, não é possível ser caracterizada pela sociedade/pelo cidadão como radiodifusão pública. Pascual Serrano, no artigo Democracia e Liberdade de Imprensa, definiu como ocorre em regimes ditatoriais:

Nos regimes ditatoriais tradicionais, meio de comunicação de propriedade estatal era sinônimo de controle por parte do aparato militar e repressor. A verdade, a denúncia e a crítica só podiam vir de meios não estatais, que eram perseguidos pelos regimes. O modelo atual de democracia, com todos os seus defeitos, alterou essa situação. O Estado deixou de ser o órgão repressor e se transformou, ou deveria se transformar, no legítimo representante da sociedade civil organizada. (SERRANO, 2013, p.80).

Em março de 2021, a EBC foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND)<sup>7</sup>. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficou

---

<sup>7</sup>Cf. “Eletrobras, Correios e EBC são incluídos em programa de desestatização” Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/eletrobras-correios-e-ebc-sao-incluidos-em-programa-de-desestatizacao>.

---

responsável por realizar estudos técnicos para definir o melhor modelo de desestatização da empresa. De acordo com o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) e o Ministério das Comunicações a decisão gerará economia de R\$400 milhões por ano. Para Moraes (2013), “na moldura de mercantilização generalizada, o sistema midiático e os setores culturais também estão imersos na obsessão do lucro que preside a expansão da forma-mercadoria a todos os campos de atividades.”

## **METODOLOGIA**

O Caminhos da Reportagem é um tradicional e premiado programa jornalístico semanal da *TV Brasil*. Atualmente, o programa vai ao ar aos domingos, às 20h e é reprisado nas madrugadas de domingo para segunda-feira. De acordo com a descrição da página da referida atração no *Facebook*, trata-se de um programa que:

Leva o telespectador para uma viagem pelo país e pelo mundo atrás de grandes histórias, com uma visão diferente, instigante e complexa de cada um dos assuntos escolhidos. Temas atuais e polêmicos são tratados com profundidade e seriedade. (Caminhos da Reportagem, Facebook).

Com 13 anos de trajetória, o programa Caminhos da Reportagem é uma importante produção da TV pública sendo reconhecido, justamente, por sua maneira diferenciada de fazer reportagens de modo a observar aspectos distintos e contemplar pautas ignoradas pelos canais comerciais. É dessa forma que o programa faz história sendo um dos mais premiados da emissora, além de ser responsável por consideráveis picos de audiência. Pela atuação de destaque é que este trabalho se propõe a analisar o desempenho do programa durante a crise sanitária.

Dessa maneira, a análise contemplará as edições do programa veiculadas no período de cerca de um ano a partir do primeiro episódio abordando o tema pandemia, ou seja, tudo o que foi ao ar entre 26 de abril de 2020 e 24 de abril de 2021. Nesse espaço de tempo, 44 edições foram exibidas.

Aos analisados quanto ao conteúdo, as observações partem da centralidade da pauta: Qual é o enquadramento? A pauta tem um tom negativo ou positivo? O assunto foi discutido da maneira ideal para uma TV Pública? É relevante para o momento? Utilizou a perspectiva dos direitos humanos?

---

Entre os documentos norteadores desta análise estão o *Manual de Jornalismo da EBC*, a *Declaración de la Corte Interamericana de Derechos Humanos 1/20 9 de abril de 2020*, além do documento elaborado pela Unesco em que define e lista os princípios da radiodifusão Pública, *La Radio y Televisión Pública; Por qué? iCómo*, bem como o aspecto de complementaridade presente na Constituição Federal.

## **ANÁLISE - CAMINHOS DA REPORTAGEM NA PANDEMIA**

O Brasil enfrenta a pandemia de coronavírus desde março de 2020, mas o primeiro episódio do programa em questão, abordando tal tema, só foi ao ar em 26 de abril daquele ano, mais de um mês após a reestreia. Até então havia poucas informações a respeito da doença, fator que pode, em alguma medida, ter dificultado a produção de reportagens mais aprofundadas, mas que não deveria ter se constituído como um óbice para a abordagem do tema pela TV Brasil.

A análise privilegia o modo como deve se desempenhar o jornalismo nos veículos da EBC:

O jornalismo da EBC deve tratar dos fatos relativos à vida nacional e internacional relevantes para a sociedade e fazer suas escolhas de acordo com os compromissos e obrigações estabelecidos em seus documentos fundadores, a partir da Constituição. Ao se constituir em alternativa para o cidadão, dedica atenção aos fatos habitualmente ausentes na mídia. Quanto aos fatos de cobertura comum aos veículos privados e estatais, a EBC procura acrescentar enfoques diferenciados e/ou complementares. (EBC, 2013).

Os episódios do Caminhos da Reportagem possuem em média 25 minutos de duração cada. Quando produzidas em conformidade com o que é pedido pelo Manual de Jornalismo da EBC, atendem bem aos requisitos. Trazem contribuições de vários especialistas, a depender do assunto, e buscam contemplar as muitas realidades existentes no Brasil com a ampla participação de personagens e representações importantes da sociedade civil. Além disso, mostram como a pandemia afetou diferentes contextos sociais, culturais, regionais e étnicos.

### **Abril – Maio/2020**

Entre 26 de abril – data de exibição do primeiro episódio sobre pandemia – e 31 de maio de 2020, foram veiculadas seis edições do programa Caminhos da Reportagem.

---

Quatro abordavam pandemia como elemento central e uma foi adaptada para fazer conexão com o assunto.

As edições que, em considerável medida, trabalharam adequadamente a pandemia foram: "*Vidas em quarentena, Quarentena para quem?, Pandemia, mal sem fronteiras e Entre paredes: crianças na pandemia*". Em todas elas, é possível observar um enfoque nos primeiros impactos das regras de restrição do coronavírus nas vidas dos brasileiros no interior, nas capitais e fora do país, na rotina das ONGs, nas famílias, na educação, em empresas etc.

O episódio adaptado se chama *Cuidadoras* e estava quase fechado quando a equipe achou importante que os efeitos da pandemia, nesse ramo, fossem apresentados.

### **Junho/2020**

Em junho, foram exibidas quatro edições do Caminhos da Reportagem. No mês que fechou com 59.656 mortes em decorrência da covid-19<sup>8</sup>, o programa só apresentou um episódio contendo o tema pandemia como elemento central. O episódio *Linha de frente: histórias de quem cuida* mostrou a pandemia pela perspectiva de profissionais de saúde de várias partes do Brasil. A pauta é diferenciada (UNESCO, 2001) e humaniza os profissionais através de relatos gravados por eles próprios ou por familiares.

O episódio *Cientista: substantivo feminino*, que tinha potencial para ser uma excelente reportagem falando da importância da mulher cientista no atual contexto sanitário, fez apenas menção ao genoma do coronavírus sequenciado 48 horas<sup>9</sup> após ser detectado no Brasil, por grupo de pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP).

### **Julho/2020**

Em julho, dois dos quatro programas que foram ao ar falavam de impactos da atual crise sanitária. *Quarentena, a força de um aprendizado* e *Os informais* foram exibidos, respectivamente, nos dias 19 e 27 do referido mês. O primeiro tratou de abordar as maneiras como os brasileiros país adentro estavam fazendo para se reinventar no isolamento. O segundo traz trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e empregadores sem CNPJ. Entregadores de aplicativos, manicures, diaristas, camelôs.

---

8 Cf. "Mortes triplicam no Centro-Oeste e país fecha junho com 59 mil óbitos". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/30/coronavirus-covid-19-atualizacao-casos-mortes-30-junho.htm/>.

9 Cf. "Por que o Brasil foi o primeiro a sequenciar o genoma do coronavírus?" Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/por-que-o-brasil-foi-o-primeiro-a-sequenciar-o-genoma-do-coronavirus/>.

---

Brasileiros que estão inseridos na informalidade e como estão sendo afetados pela pandemia. Consideramos que estas edições atendem, em considerável medida, aos princípios da UNESCO e utilizam contextualmente abordagem dos direitos humanos previstas no Documento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

### **Agosto/2020**

Em agosto, dos cinco episódios que foram ao ar, quatro falaram de pandemia. *Transporte em tempos de coronavírus*, veiculado em 09 de agosto - finalista do Prêmio CNT de Jornalismo<sup>10</sup> - apresentou os riscos e as adaptações no transporte coletivo durante a pandemia pelos mais diversos aspectos.

*Marajó além do cartão-postal e Povos indígenas na pandemia* foram episódios que destoaram do que tradicionalmente é feito pelo programa, desde a ficha técnica até o episódio pronto. O recorte privilegiou a autopromoção das atividades do Exército e da Marinha em lugares remotos. Assunto que poderia ser abordado de tantas outras maneiras desconfigurou a identidade do Caminhos da Reportagem. As interferências e ingerências atingiram um dos melhores programas jornalísticos da TV brasileira, fato que foi relatado no 2º *Dossiê Censura EBC*.

No caso do Caminhos, um dos programas de telejornalismo mais premiados da TV brasileira, informações relacionadas ao avanço da Covid-19 em terras indígenas, tendo como fonte pesquisadores e lideranças da Amazônia, foram descartadas. (FENAJ, 2020).

As duas reportagens desrespeitaram o princípio de independência (UNESCO, 2001), de complementaridade (BRASIL, 1988), além de falhar na garantia da saúde nas comunidades indígenas, exigida na declaração da Corte IDH, censurando informações importantes sobre o acometimento desses povos por Covid-19.

*Saúde mental, um desafio do isolamento* foi um produto completo de como tem sido a luta em diferentes espectros sociais pela manutenção do bem-estar emocional, pautando saúde como pede a Corte IDH.

### **Setembro/2020**

---

10 Cf. “TV Brasil é finalista do Prêmio CNT de Jornalismo 2020”. Disponível em: <https://istoe.com.br/tv-brasil-e-finalista-do-premio-cnt-de-jornalismo-2020/amp/>

---

Quatro edições foram exibidas em setembro. Três traziam a pandemia como gancho. As abordagens a partir desse mês enquadram aspectos positivos e inspiradores. Não se trata mais de apenas relatar o caos, mas de mostrar que ainda há possibilidades.

*Solidariedade Reinventada*, veiculada em 20 de setembro, retrata as mudanças causadas pelo coronavírus nas formas de exercer solidariedade. *Idosos, mestres da nova ordem* busca combater a “velhofobia” intensificada pela pandemia e mostrar a velhice por uma nova ótica com pessoas que ainda têm muito o que viver.

*Elas contra a violência doméstica*, no ar em 06 de setembro, contemplando o recomendado pela Corte IDH<sup>11</sup>, mostra relatos de mulheres que se libertaram do ciclo de violência para inspirar outras mulheres que se encontram na mesma situação.

### **Outubro/2020**

Em outubro, apenas uma edição falava de pandemia. Exibida em 18 de outubro, o programa trouxe o recorte da adaptação, da preocupação e da frustração de professores no meio online. *Professores e as lições da pandemia*, atende ao que pede os princípios elaborados pelo UNESCO, além de expor o quanto os professores têm trabalhado cada vez mais. Nesse sentido, a abordagem foi pela ótica dos direitos humanos<sup>12</sup>.

### **Novembro/2020**

Novembro foram exibidas quatro edições. Duas trataram de pandemia: *Covid-19: em busca de uma vacina*, exibida em 01 de novembro, e *Espaço público: o que esperar depois da pandemia?*, exibida dia 08.

Ambas as reportagens foram de extrema importância e atenderam aos princípios estabelecidos pela UNESCO, no quesito diferenciação e diversidade. Além de abordar critérios científicos conforme recomenda a Corte IDH.

### **Dezembro/2020**

---

11 “Ante las medidas de aislamiento social que pueden redundar en el aumento exponencial de la violencia contra las mujeres y niñas en sus hogares, es preciso recalcar el deber estatal de debida diligencia estricta respecto al derecho de las mujeres a vivir una vida libre de violencia, por lo que deben adoptarse todas las acciones necesarias para prevenir casos de violencia de género y sexual; disponer de mecanismos seguros de denuncia directa e inmediata, y reforzar la atención para las víctimas.”

12 “Se debe velar porque se preserven las fuentes de trabajo y se respeten los derechos laborales de todos los trabajadores y trabajadoras. Asimismo, se deben adoptar e impulsar medidas para mitigar el posible impacto sobre las fuentes de trabajo e ingresos de todos los trabajadores y trabajadoras y asegurar el ingreso necesario para la subsistencia en condiciones de dignidad humana.”

---

Das três edições exibidas em dezembro, duas falam de pandemia. *Novas rotas do Turismo* e *A vida não para* foram veiculadas, respectivamente, nos dias 06 e 27 de dezembro. O tom das duas reportagens foi controverso, fazendo lembrar campanhas governamentais polêmicas desaprovadas na pandemia, como a campanha *O Brasil não pode parar*<sup>13</sup>. Dessa maneira, não atende ao princípio de independência (UNESCO, 2001).

Numa tentativa de movimentar o turismo no Brasil, a reportagem traz uma abordagem promocional de viagens pelo país. Falando dos impactos sofridos pelo setor, chega até a citar lugares cujos casos de covid-19 aumentaram depois da reabertura para turistas. A reportagem *A vida não para* se aproxima de um mal gosto sem precedentes ao fazer, durante todo o programa, analogias entre circo e vidas em pandemia.

### **Janeiro/2021**

Em janeiro de 2021, foi exibido apenas um programa que utilizou a pandemia como tema/gancho. Para falar do aumento das vendas pela *Internet* na pandemia, o episódio *A expansão do comércio online* foi ao ar em 10 do referido mês.

No auge do colapso de Manaus-AM<sup>14</sup>, o programa Caminhos da Reportagem produziu e veiculou um único episódio o mês inteiro, mas falando de consumo. Nesse sentido, negligenciando os princípios de diversidade e diferenciação (UNESCO, 2001), além de não aborda pela perspectiva da Corte IDH.

### **Fevereiro/2021**

Em fevereiro, os três programas veiculados simplesmente não tocaram no assunto da Pandemia da Covid-19.

### **Março/2021**

No mês de março, a única reportagem que abordou a pandemia de Covid-19 foi a *Revolução do usado – uma moda sustentável*. A reportagem foi exibida em 07 de março e citou a pandemia para falar como muitos brechós foram parar no *e-commerce* nesse período.

---

13 Cf. “Governo lança campanha 'Brasil Não Pode Parar' contra medidas de isolamento”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento>

14 Cf. “Morrer sem oxigênio em Manaus, a tragédia que escancara a negligência política na pandemia”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaus-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia.html>

---

É irresponsável que no mês com os maiores picos de morte por Covid-19<sup>15</sup> no Brasil, o pico da segunda onda da doença, um dos programas mais importantes e tradicionais da TV Brasil, o Caminhos da Reportagem, não tenha se voltado com ênfase a pautas relacionadas a este tema de interesse público.

### **Abril/2021**

Em abril, apenas uma reportagem citou a pandemia. *As definições de fraude foram atualizadas*. Trata-se de um recorte diferenciado, que foi ao ar dia 04 de abril. É uma pauta de serviço, mas não teve a abordagem pelos direitos humanos como recomenda a declaração Corte IDH. A reportagem *Máscaras do Japão*, ao contrário do que poderia sugerir o título, não aborda pandemia, trata-se de um enfoque comum sobre a cultura japonesa.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho nos possibilitou analisar o conteúdo veiculado pelo programa da TV Brasil, Caminhos da Reportagem, na pandemia. Nesse sentido, investigamos o modo como se deu jornalisticamente esse conteúdo que foi ao ar entre abril de 2020 e abril de 2021. Ao todo foram 44 episódios de em média 25 minutos cada.

No desenvolvimento da pesquisa nos preocupamos em conceituar o que é uma emissora pública, sua função social e importância no contexto pandêmico, bem como da sua missão de informar, educar e entreter. Citamos os princípios da Radiodifusão Pública elaborados pela Unesco (2001): universalidade, diversidade, independência e diferenciação. Falamos relatório *Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil* elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e elencamos as interferências e censuras institucionais sofridas pela EBC em 2020. Além disso, fizemos um breve relato da trajetória da TV Brasil desde a fundação em 2008 até ser incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND) em 2021 e cotejamos tais referenciais com o que preconiza que recomenda a Corte Interamericana de Direitos Humanos 1/209 de abril de 2020, documento que prevê que assuntos relacionados a problemas e desafios relacionados à Covid-19 devem ser enfrentados com uma perspectiva de direitos humanos e respeitando obrigações internacionais.

---

15 Cf. “Março é o pior mês desde o início da pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora”.  
<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/04/02/marco-e-o-pior-mes-desde-o-inicio-da-pandemia-da-covid-19-em-juiz-de-fora.ghtml>.

---

O que podemos inferir da análise das 44 edições do Caminhos da Reportagem é que as que foram produzidas em conformidade com o que é pedido pelo Manual de Jornalismo da EBC, atendem bem aos parâmetros ideais para uma emissora de natureza pública. Utilizam diferentes olhares a respeito dos temas contribuindo assim com uma pluralidade de ideias e perspectivas, ademais, ilustram as reportagens com as diferentes realidades brasileiras e fomentam a participação de representações da sociedade civil. Sempre com o cuidado de relatar os impactos da pandemia em diferentes contextos sociais, culturais, regionais e étnicos. Atendem, também, ao que propõe a declaração da Corte-IDH ao procurar abordar temáticas relacionadas à pandemia sob a perspectiva dos direitos humanos.

Já as reportagens que não seguiram o Manual apresentaram tons propagandísticos e abordagens de ótica estatal. As edições não tinham a identidade de Caminhos da Reportagem. Fato que ficou nítido na análise da ficha técnica. Os recortes privilegiaram vieses institucionais e de autopromoção, seja de atores da administração pública ou mesmo das forças armadas. Evidenciando o menosprezo pelo interesse público, pois à medida que os meses foram passando, falava-se cada vez menos de pandemia nos programas. A crise da falta de oxigênio em Manaus não rendeu reportagem, o pico de mortes da segunda onda de covid-19, em março de 2021, também não. Brasileiros em situação de insegurança alimentar, sem auxílio emergencial, entre tantos outros assuntos foram negligenciados e deixados no esquecimento da emissora pública.

O programa-objeto de estudo desta pesquisa não passou ileso por interferências e censuras, teve inclusive uma edição inteira e finalizada impedida de ir ao ar. No panorama atual, caminhando para a desestatização, a EBC ainda serve muito aos interesses estatais e chegou a esse ponto por meio de práticas de desmonte, sendo utilizada como vitrine de feitos governamentais e palanque para promoção de proselitismos políticos e econômicos.

Para a continuidade da presente pesquisa, de caráter introdutório, e até para futuras pesquisas sobre temas correlatos, o foco no desmonte da EBC, nas práticas de sucateamento e no desrespeito por profissionais e modos de se praticar jornalismo público é imprescindível. Muitas injunções se perpetuaram pelas dependências da Empresa Brasil de Comunicação nos 14 anos de existência. Nossa hipótese é que daqui para frente a história da EBC precisará ser revisada a fim de que a sua vocação ao

---

interesse público, à defesa da democracia e ao exercício da cidadania sejam respeitados. Assim, representantes da sociedade civil devem intensificar o ciclo de debates e ações em rede, em busca de uma Radiodifusão de Serviço Público não comercial de qualidade, como previsto constitucionalmente, e que se diferencie na abordagem de temas de tamanha relevância social como é o caso da pandemia da Covid-19.

## REFERÊNCIAS

BIANCO, N. R.; ESCH, C. E.; MOREIRA, S. V.. Observatório de radiodifusão pública na América Latina: balanço de um ano de atuação. **Eptic (UFS)**, v.15, p.58-73, 2013.

BIANCO, Nelia R. Del; PINHEIRO, Elton Bruno. Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão pública brasileiro. In: BIANCO, Nelia R. Del Bianco; FERRARETTO, Luiz Artur, KLOCKER, Luciano. **80 anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro**. São Paulo: Intercom, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei no 11.652, de 7 de abril 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo [...]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de abril de 2008.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CORTE IDH. Declaración de la Corte Interamericana de Derechos Humanos 1/20 9 de abril de 2020. **Covid-19 y Derechos Humanos: Los problemas y desafíos deben ser abordados con perspectiva de Derechos Humanos y respetando las obligaciones internacionales**. 2020.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013.

MENDEL, Toby. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado**. Brasília: UNESCO, 2011.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, Poder e Contrapoder – da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PINHEIRO, Elton Bruno. **Radiodifusão Sonora Pública do Brasil: o processo de conformação do Serviço e os desafios de sua integração no ambiente digital**. Tese (Doutorado em Comunicação e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília, 2019.

RELATÓRIO de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil. Fenaj. 2020. Disponível em: < [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf) />. Acessado em junho de 2021.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo (et al.). **O direito achado na rua – Introdução crítica ao direito e à comunicação e à informação**. Brasília: FAC-UnB, 2017.

SOUZA, Joel Arruda de. **Televisão ao vivo e sem cores**. São Paulo: Lexia, 2013.

UNESCO. **Public broadcasting: why? how?**. Montreal: Conseil Mondial de la radiotélévision, 2001. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058>. Acessado em 21 maio 2020.